



Gustavo Franco: "Posso me enganar, mas esta eleição de 2018 será um divisor de águas porque vai renovar o Congresso e vai renovar lideranças políticas importantes"

Ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco explica por que está otimista com uma guinada liberal a partir da eleição de 2018. Por Toni Sciarretta, de São Paulo

'Capitalismo de muro e quadrilha'

O Brasil pegou todos os atalhos possíveis e cometeu erros inimagináveis na economia. Por falta de alternativas, está agora condenado a fazer a coisa certa — leia-se: reforma da Previdência, controle de gastos públicos, transparência na gestão de estatais, banco central independente, entre outras reformas.

É assim que, citando o premiê britânico Winston Churchill (“Os americanos vão fazer a coisa certa, mas só depois de tentarem todo o resto”), o economista Gustavo Franco explica por que está otimista com o que considera uma guinada liberal que chegará mais cedo ou mais tarde ao país, impulsionada pela geração de estudantes que trabalha o dia todo, paga a faculdade noturna — “porque acredita nesse investimento” — e não quer saber de “lero-lero de luta de classe” da esquerda brasileira.

Franco deixou o PSDB neste ano porque não queria pertencer a um “partido em decomposição” e foi para o Novo, legenda que acolhe propostas pró-mercado e contrárias à chamada “meia-entrada” do crédito subsidiado com dinheiro público daquilo que considera um “capitalismo de quadrilha” (crony ca-

pitalism, em inglês) dos anos Dilma Rousseff e que, segundo ele, está condenado ao fracasso.

O economista está lançando o livro “A Moeda e a Lei” (Editora Zahar), que conta 80 anos da intrincada história monetária brasileira que quase nunca conviveu bem com os formuladores da lei. Leia trechos da entrevista.

Valor: *Do que fala o livro? Por que estudar a economia sob o ponto de vista da lei?*

Gustavo Franco: A despeito de o livro cobrir 80 anos de história, há uma sensação de que estamos tratando de temas do presente o tempo inteiro. O foco do livro são as instituições. A primeira vertente é sobre a regulamentação cambial, com um monopólio em que nada podia e que chega ao sistema bastante liberal de hoje. Outro eixo é a história do Banco Central (BC). O Brasil não tinha BC; era o Banco do Brasil, mas não fazia bem esse papel. A grande divergências era se teríamos um banco central capturado para servir a um projeto desenvolvimentista inflacionário por meio dos bancos públicos ou se atuaria pela defesa da moeda. Depois, vem o controle da inflação pelos planos heterodoxos e o Plano Real. A última parte é sobre o desafio

hoje de reduzir os juros, que ainda são muito altos. Esse livro é uma história dessa construção. É incomum um economista se debruçar sobre o texto da lei para ver o que afinal foi resolvido.

Valor: *Que tipo de lição parece que o país custa tanto a aprender?*

Franco: A Lei da Usura foi feita em 1933 como um pedaço importante da reestruturação das dívidas rurais. Não era questão moral; era como beneficiar a agricultura. Essa criação assegurava juros subsidiados para uma esfera formal da economia, que segue protegida por muralhas do restante do país. Dentro do mundo regulado, [a lei] funciona de um jeito que beneficia quem está por dentro dessas muralhas. Nós vínhamos rompendo essas muralhas e democratizando o crédito até os anos Dilma Rousseff. Com a Nova Matriz, ela recompôs essa muralha. O crédito direcionado, que talvez chegou a 30% do total, voltou a ser a metade. Para o setor que está dentro do crédito direcionado é como se a Lei da Usura estivesse voltado. É a discussão recente da meia-entrada; tem um povo que paga meia-entrada e um que paga a conta em dobro.

Valor: *Nessa história, o que ficou por fazer?*

Franco: É a questão da taxa de juros, um te-

ma que expressa essa incompletude institucional. Os juros ainda estão muito altos em decorrência de uma situação fiscal imatura, incompleta e desajustada. Precisamos fazer uma reflexão sobre como podemos mudar de patamar de desenvolvimento econômico se a gente conseguir superar os juros altos.

Valor: *Por que o sr. saiu do PSDB para o Novo? Qual o papel de um economista de partido?*

Franco: Tudo começou com uma inquietude intelectual e um desconforto de pertencer a um partido em decomposição, que me parecia o PSDB. Adorei participar do partido nos primeiros anos e durante o Plano Real, com todas as dificuldades e divisões que o PSDB sempre teve, mas isso que está acontecendo agora eu não queria fazer parte. A inquietude intelectual encontra no Novo um veículo hospitaleiro. No Brasil, nenhum partido abraça ideias pró-mercado, pró-capitalismo, pró-liberalismo. Isso é exótico e vai ser corrigido em algum momento. Posso me enganar, mas essa eleição de 2018 será um divisor de águas porque vai renovar o Congresso e vai renovar lideranças políticas importantes. Nesse sentido, o Novo se apresentou como uma “startup” muito promissora, destinada a ser um grande partido — em uma década ou mais — porque a ideia de que o partido pretende tornar central no seu programa é uma ideia vencedora; foi a proposta do Plano Real, das reformas que se deu desde então e estão em pauta, mas que o próprio PSDB perdeu...

Valor: *O que o Novo não pode incorrer sob o risco de repetir a história do PSDB?*

Franco: Tem várias coisas; a experiência de governo estraga os partidos porque traz para dentro os políticos de aluguel, aqueles que são governistas em qualquer cenário e dependem do clientelismo do Estado. Só vamos resolver esse problema quando tiver menos Estado para afastar esse tipo de demanda. Uma coisa que o Novo inovou — e que acho extraordinária — é a governança interna, sobretudo a separação entre o dirigente — que zela pela integridade programática e ideológica — e o representante do partido que está atuando no Legislativo e no Executivo. Se essas figuras são separadas, você cria um mecanismo de controle e protege a integridade programática. Se os partidos perdem sua integridade, eles passam a ser esse “centrão” que não significa coisa alguma. O símbolo máximo é o PMDB; e o PSDB corre o risco de virar mais um desses. O Novo começa cheio de defesas contra isso. Tem todo um processo de seleção para quem quer ser candidato.

Valor: *De onde vem o seu otimismo com a economia e com a militância na política?*

Franco: O livro claramente vê uma evolução. É uma história heroica, que cria uma perspectiva de futuro difícil de imaginar que não seja aproveitada. Nós subimos vários degraus com o

“Tudo começou com uma inquietude intelectual, prática e um desconforto de pertencer a um partido em decomposição”

Plano Real e suas reformas. Depois sofremos um contra-ataque brutal comandado por Dilma Rousseff e pelo PT, mas o país conseguiu mobilizar diversos tipos de instituições que reprovaram e excluíram do jogo político, isso tudo por conta de ilegalidade. A presidente violou a Lei de Responsabilidade Fiscal e achincalhou a estrutura institucional da moeda. Em razão dessas ilegalidades, perdeu o seu mandato. Sem falar que a Lei de Responsabilidade Fiscal e as “pedaladas” vão produzir medidas que vão fechar essas brechas. Não vai acontecer de novo, portanto estamos condenados a fazer as coisas certas. Essa história de 80 anos me faz acreditar que, em matéria de alternativas, nós tentamos quase todas. Só temos um caminho a seguir.

Valor: *O que é o capitalismo de quadrilha?*

Franco: Depois de 1989, não tem mais o socialismo. Mas continua a haver uma separação entre capitalismo concorrencial e o capitalismo “crony” — “crony” é uma gíria para capanga. Basicamente é um sistema capitalista, mas com grande interpenetração entre o público e o privado; são muitas áreas cinzentas e com muita corrupção e cooptação política. Esse é o tipo de capitalismo que tem na China, na Rússia, com sucesso variável. No Brasil, ainda que seja um país com tradição patrimonialista e hospitaleira para ideias como essa, isso veio pela mão de Dilma Rousseff pelo formato chinês, venezuelano, e encontrou muitos obstáculos e degingolou em bandidagem. Relações civilizadas entre o público e o privado viraram promíscuas; é muito difícil controlar.

Valor: *Qual a melhor forma de controlar?*

Franco: Os melhores controles são: transparência, relações de mercado, concorrência e oportunidades iguais. É como se tivéssemos tido um experimento de transplante de capitalismo bolivariano ou chinês para tentar uma alternativa diferente ao capitalismo neoliberal, norte-americano ou europeu... E deu errado, muito errado. Errado no macro porque produziu uma recessão enorme, a maior da nossa história. E no micro porque quebrou a Petrobras,

além de outros estragos em empresas privadas. E gerou episódios de bandidagem e corrupção. Foi um fracasso completo, portanto indefensável e difícil de imaginar que essa coisa retorne um dia como projeto político.

Valor: *Como isso chegou às novas gerações?*

Franco: Tivemos uma mudança gigantesca na nova geração. Quando estava no governo FHC, me lembro de uma discussão com o Paulo Renato [Souza, ex-ministro da Educação, morto em 2011]. Naquela época, havia 1,5 milhão de universitários nas escolas públicas e mais ou menos a mesma coisa no setor privado. A conversa era que a gente precisava crescer o número de matrículas, mas o sistema público não daria conta. E o BC não teria “funding” para esse negócio, daí a briga... De lá para cá, já são 25 anos. O número de matrículas nas escolas federais é o mesmo. Agora as privadas foram de 1,5 milhão para quase 7 milhões. É como se tivesse feito uma privatização do ensino universitário na margem. Você simplesmente deixou para ser feito pelo sistema privado. É caro, mas as pessoas pagam porque a percepção de retorno sobre o investimento é sólida. O sujeito que tem escolaridade ganha mais. Isso sobreviveu como uma proposta de mercado e muda a demografia da universidade. O Brasil tem hoje 8,5 milhões de estudantes universitários, em que a esmagadora maioria está no sistema privado. Esse estudante, que trabalha o dia todo e paga a universidade com o seu salário, não quer ouvir lero-lero de luta de classes. Portanto, não tem o diretório acadêmico dominado pelo PCdoB nem por uma organização trotskista que nem partido é. Acabou esse negócio nas universidades privadas, onde as pessoas estão ali para crescer individualmente e conseguir um emprego melhor. Tipicamente são os cursos profissionalizantes. O sujeito trabalha durante o dia todo, paga com o dinheiro dele e não quer ouvir conversinha... Nas públicas e nas humanas, é a mesma coisa de sempre. E não é muito diferente das universidades americanas.

Valor: *O que esses estudantes esperam da política e do poder público?*

Franco: A penetração política do Partido Novo nessa garotada é gigante. As redes sociais ajudam muito. Esses meninos não leem mais jornais, leem as notícias pelo celular e pelos apps. Cada um é um editor de si mesmo e de suas redes sociais. É uma propagação de informações completamente diferente. Isso é muito interessante. Meus alunos leem a apresentação de seminários pela tela do celular; a sala de aula tem internet. Cada vez usamos menos giz e quadro negro. Meu curso tem um programa na internet, cada aula tem um link para baixar o PDF. Está tudo lá, on-line, não precisa mais de papel. Em algumas turmas, eles organizam grupos no Facebook. E eu participo disso, claro. ■